

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS,**
3 **REALIZADA DIA SETE DE MAIO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA**
4 **MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-**
5 **SEMDESC. HORÁRIO: 08h20min. QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a
6 presença dos conselheiros (as): Rubia Janaína da Silva Rodrigues (representatividade
7 da sociedade civil organizada - APAE); Gilmar da Silva Lima (representatividade do
8 Governo - SEMDESC); Neuzira Cardoso Ottoni (representatividade da sociedade
9 civil organizada - Representante dos Psicólogos); Eudes Barbosa da Costa
10 (representante de Secretaria de Municipal de Gabinete), Maria Martins da Silva
11 Gomes (representatividade da sociedade civil organizada -Associação Natal Justino
12 da Costa); Lucidalva Barreto dos Santos (representatividade da sociedade civil
13 organizada - NAS); Dilma das Graças Queiroz (representatividade da sociedade civil
14 organizada - Abrigo Frei Anselmo); Lucilena Nunes de Araújo (representatividade do
15 Governo - SEMDED) e Valdir Pereira da Silva (representatividade do Governo -
16 SEMDESC). Ainda presentes, Thaís Pereira Souza da Costa e Isabel Aparecida Cruz
17 Randi, técnicas da SEMDESC; Rosalice Tassar, técnica designada pelo Conselho
18 Estadual de Assistência Social - CEAS-MG; Como convidados, Marcos Junior de
19 Filho, representante da PCH Fogos; André Junior Gomes Rodrigues, Eliene
20 Aparecida Rodrigues de Brito, Daniele Rauane Faris Ferreira e Edileuza Luiz dos
21 Santos, estagiários da FACISA convidados por conselheiros deste CMAS. Iniciando
22 a reunião, a presidente Lucidalva, explicou que a pauta do dia foi designada a pedido
23 do CEAS-MG, para tratar a respeito do Plano de Assistência Social-PAS da Pequena
24 Central Hidrelétrica - PCH Fogos. Lucidalva perguntou sobre a presença dos
25 conselheiros municipais de assistência social do município de Uruana de Minas,
26 tendo em vista que o PAS PCH Fogos incidirá também sobre o referido município.
27 Rosalice disse que acredita que houve distorção no entendimento quanto ao dia da
28 reunião, pois encontrou alguns conselheiros de Uruana, no dia anterior em Unaí.
29 Desse modo, Lucidalva pediu que todos pudessem se apresentar e em seguida passou
30 a palavra para a técnica designada pelo CEAS-MG para acompanhar os PAS.
31 Rosalice explicou que o CEAS -MG é responsável pelo acompanhamento e
32 aprovação dos Planos de Assistência Social e sua incidência junto as famílias
33 atingidas por barragens, por isso, afirma que uma das preocupações é avaliar a
34 qualidade dos Planos de Assistência Social e sua execução conforme o que foi
35 aprovado pelo conselho. Nesse sentido afirma ser importante afinar o dialogo com os
36 conselhos municipais que também tem como atribuição o acompanhamento dos PAS.
37 Assim, explicou que quanto ao PAS da PCH Fogos, este incidirá em três
38 propriedades diretamente atingidas, sendo uma em Uruana de Minas e duas em Unaí-
39 MG e sete propriedades atingidas por trechos de vazão reduzida. Disse ainda, que a
40 Usina tem previsão de obra para dezoito meses, com empregabilidade de
41 aproximadamente trezentas pessoas. Informou que o CEAS-MG já está de posse do
42 Plano, com apresentação de diagnóstico local e dos impactos previstos a serem
43 ocasionados pelo empreendimento. Disse que o Plano apresenta propostas de
44 intervenção frente aos impactos e menciona que o distrito de Garapuava será o maior
45 atingido, devido a proximidade com o empreendimento. Rosalice expôs que o
46 empreendedor tem responsabilidades frente aos impactos ocasionados pelo
47 empreendimento. Mencionou que por isso a implantação do Posto de atendimento
48 Psicosocial é de suma importância para o acompanhamento e minimização de

49 situações que podem ser ocasionadas pela implantação da Usina, citando algumas
50 como, prostituição, migrância/situação de rua, dentre outros. Mencionou também,
51 que parte das ações serão direcionadas ao Projeto de Assentamento Eldorado de
52 Carajás, vez que o mesmo servirá de via de acesso ao canteiro de obras, alterando a
53 dinâmica do local e seu cotidiano. Assim, expõe que o PAS propõe alguns projetos a
54 serem desenvolvidos com a comunidade local como, assessoria técnica rural, em
55 parceria com a EMATER, além de educação ambiental. Rosalice informou ainda,
56 acerca dos nomes dos proprietários das áreas a serem diretamente atingidas e da
57 porcentagem de terra ser atingida. Explicou que em dois mil e doze entrevistou os
58 proprietários das referidas áreas para saber como estavam se sentindo a respeito da
59 desapropriação por utilidade pública. Disse que na época, os mesmos apresentavam-
60 se tranquilos. Eudes perguntou acerca da possibilidade de desistência, por parte de
61 algum proprietário, na venda da área a ser atingida. Rosalice expôs que caso não haja
62 concordância dos proprietários das áreas a serem atingidas, com a desapropriação, o
63 caso vai para justiça e o empreendimento somente terá início após a resolução da
64 questão. Marcos, explicou que no caso da PCH Fogos, toda área a ser atingida já
65 possui autorização de venda com os referidos proprietários. Disse que a relação com
66 os proprietários tem sido boa e que há propriedade que deverá ser indenizada pelo
67 impacto ambiental. Mencionou que há ainda, preocupação com um proprietário
68 específico, que embora não será atingido diretamente pelo empreendimento, mas que
69 o mesmo encontra-se em situação de alta vulnerabilidade, imposta por isolamento,
70 idade avançada, falta de acesso aos serviços básicos, dentre outros, sendo necessário
71 uma proposta individualizada ao mesmo, pelo empreendedor. Algumas perguntas,
72 dúvidas e anseios foram proferidos pelos conselheiros presentes, gerando discussões
73 necessárias ao acompanhamento e entendimento das responsabilidades de cada parte,
74 empreendedor e conselhos. Desse modo, Rosalice disse que como foi realizado
75 anteriormente, com o acompanhamento de outros PAS, pretende visitar o local de
76 obras e propriedades a serem diretamente atingidas, entrevistando novamente os
77 proprietários, até para compreender se os anseios destes são os mesmos expostos
78 pelo empreendimento no PAS, esclarecendo que sem a aprovação do CEAS-MG o
79 empreendimento fica impedido de obter a licença de instalação, e nesse sentido,
80 ressalta a importância e peso do controle social exercido pela assistência social,
81 podendo garantir direitos e corrigir problemáticas. Refletindo que o empreendedor
82 pode e deve ser parceiro da assistência social, pois o empreendimento não gera
83 apenas impactos negativos, mas positivos como a valorização das propriedades e
84 dependendo de alguns locais, até como potencialização de ponto turístico. Lucidalva,
85 disse ter algumas dúvidas quanto a aprovação dos PAS e do papel do CMAS junto a
86 estes, pois quando do acompanhamento do conselho municipal e de proposições junto
87 ao empreendimento e melhorias no PAS, sente falta do afinamento das ações do
88 CEAS-MG quando da aprovação, com o CMAS. Rosalice disse que as resoluções
89 317 e 318 do CEAS, definem as atribuições, explicando que a aprovação dos planos é
90 de competência do conselho estadual, porém que o controle social local é de
91 responsabilidade dos conselhos municipais, devendo estes exporem seu *termo de*
92 *posicionamento* frente ao acompanhamento realizado. Desse modo, expõe que os
93 conselhos são parceiros nesse trabalho. Lucidalva questionou a respeito do CMAS
94 perceber necessidade de correções no PAS da PCH Fogos, tendo em vista este ainda
95 não foi apreciado por este conselho e que deverá ser acompanhado. Rosalice disse
96 que o CMAS tem prazo de trinta dias para manifestar ao CEAS-MG as sugestões de

97 alteração, que encaminhará ao conselheiro relator e a plenária prevista para junho.
98 Rosalice ainda informou que a previsão de instalação do Posto de atendimento
99 Psicossocial é para o distrito de Garapuava, sendo que a equipe deverá conhecer a
100 localidade e apresentar um plano de intervenção a ser encaminhado ao CEAS-MG e
101 aos conselhos municipais de assistência social de Unaí e Uruana de Minas, devendo
102 ainda funcionar semanalmente, quarenta horas semanais. Isabel questionou acerca da
103 Usina Mata Velha que já está funcionando no município e que não se recorda dessa
104 discussão no conselho acerca da referida Usina. Rosalice disse que o PAS da referida
105 usina não passou por esse processo, tendo sido aprovada em dois mil e dois. Disse
106 que este acompanhamento estava iniciando e que não havia regularização a respeito
107 da implantação das Usinas. Dessa forma, disse que atualmente solicitou um
108 posicionamento e atualização da Usina Mata Velha, de como está o funcionamento
109 local. Assim, Rosalice perguntou quais conselheiros poderiam acompanhar - lá às
110 visitas em campo. O conselheiro, Eudes Barbosa da Costa colocou-se a disposição
111 para acompanhar - lá, sendo ele também membro da comissão temporária de
112 acompanhamento dos PAS. A conselheira Rubia Janaína da Silva também se dispôs a
113 acompanhá-los. Em seguida, Lucidalva Barreto dos Santos encerrou a reunião,
114 agradecendo a atenção e presença de todos, ressaltando a possibilidade de
115 potencialização da Política de Assistência Social no âmbito local, como direito e
116 parte de um processo democrático e participativo, no seio do Controle Social, e eu,
117 Thaís Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os
118 presentes. ENCERRAMENTO: 10h25min.
